

construção do futuro



Informativo da Comissão Senado do Futuro

nº 9, 16 a 30 de novembro de 2017



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Servidores Públicos são essenciais

A Comissão Senado do Futuro (CSF) promoveu, na quinta-feira (9/11), uma audiência pública para debater as condições do servidor público diante de medidas do governo federal que atingem a categoria. Os participantes foram unânimes em criticar a Medida Provisória (MP) 805/2017, que amplia de 11% para 14% a contribuição previdenciária de servidores federais e adia aumentos de salário de 2018 para 2019. Em alguns casos, o aumento previsto foi cancelado pela MP, fato que os palestrantes afirmaram ser inconstitucional e que gerará demandas na Justiça.

Foram convidados para esta Audiência Pública o Sr. Petrus Elesbão, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), o Sr. José Devanir de Oliveira, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – SINDIFISCO Nacional, o Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no

Serviço Público Federal – Condsef; e o Sr. Alex Canuto, Presidente da Anesp Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, e Diretor da Pública– Central do Servidor.

O presidente da comissão, **senador Hélio José (Pros-DF)**, defendeu uma maior valorização para as carreiras públicas e pediu uma gestão mais eficiente dos recursos do orçamento. O senador, que sugeriu e presidiu o debate, lembrou que é servidor público concursado, manifestou solidariedade com os servidores e criticou a iniciativa do governo com a MP.

— Não esperávamos que essas mudanças fossem propostas por medida provisória, sem permitir o debate. É uma perversidade o que o governo vem fazendo com o servidor — lamentou o senador.

Para o senador Hélio José, “a crise fiscal por que passa o País é, sobretudo, uma crise de arrecadação.

A arrecadação caiu em função da crise econômica. Mas a queda da arrecadação se dá também em função do perdão de dívidas e descontos em refinanciamento de dívidas que acabam dizendo aos bons pagadores que eles são bobos porque pagam em dia, melhor vida têm os maus pagadores e devedores contumazes. É uma crise agravada por causa de uma gestão incorreta e pendurar a crise nas costas do servidor público não resolve o problema, apenas agrava a situação.”



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), José Devanir de Oliveira, classificou a MP como um “pacote de maldades”. Ele lembrou que há uma previsão constitucional de revisão salarial a cada ano. Assim, seria inconstitucional o adiamento dos aumentos salariais dos servidores. Segundo Oliveira, com o aumento da contribuição previdenciária e sem o reajuste previsto, haverá na verdade uma redução salarial.

Ele ainda sugeriu ao governo retomar a tributação sobre lucros e dividendos – o que poderia gerar, acrescentou, recursos de mais de R\$ 18 bilhões ao ano.

— O governo penaliza os servidores e faz um monte de renúncia fiscal. É um absurdo essa MP — criticou o diretor.

Síntese das Medidas da MP 805		
Quadro 1		
Alterações da MP 805/17 e impacto previsto pelo Governo Federal		
Medidas	Propostas	Impacto (Ano)
Reajustes 2018 – Poder Executivo Federal	Postergar em 1 ano os reajustes concedidos aos servidores civis	R\$ 5,27 BI (2018)
Reajustes cargos comissionados e gratificações – Poder Executivo	Cancelar reajustes previstos	R\$ 175 MI
Incentivos na contribuição para o RPPS – União	Alterar as alíquotas de contribuição previdenciária de forma progressiva até 14%	R\$ 1,9 BI (2018)
Redução de gastos com ajuda de custo – Poder Executivo	Limitar pagamento a uma única remuneração	R\$ 49 MI
Redução de gastos com auxílio-moradia – Poder Executivo	Limitar pagamento a uma única remuneração	R\$ 35,9 BI
Total		R\$ 7,729 BI

Fonte: Projeção Insc 2017/2018, Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Elaboração: Estudos Técnicos Sindifisco Nacional

Outras Renúncias Fiscais

O Governo Federal tem praticado outras medidas que representam expressiva renúncia de receitas, em montante muito superior à “economia” com o ajuste proposto pela MP 805. São elas:

- Desoneração da folha de pagamento, uma renúncia fiscal de **R\$ 77,9 bilhões de 2012 a 2016**.
- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social.
- Somente em 2017 a previsão dessas duas renúncias soma quase R\$ 30 bilhões.

Previsão de Renúncia de Receitas Previdenciárias		
2015-17	2016	2017
Desoneração da Folha	15.171	17.030
Filantropias	11.033	12.451
Soma	26.204	29.481

Fonte: STN, Restos Recurso de Execução Orçamentária, Dec. 2016
Elaboração: Departamento de Estudos Técnicos do Sindifisco Nacional

O diretor do Sindifisco também informou que o governo mantém os mais ricos a salvo de impostos, assim como os capitais especulativos e a remessa de lucros para o exterior.

Nosso sistema tributário contempla uma série de outras renúncias e isenções, em nível infraconstitucional, as quais, se suspensas, proveriam o Governo Federal de recursos necessários para fazer frente à atual crise fiscal. Citamos:

- Cobrança do Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos da Pessoa Física.
 - > Adotado pela maioria dos países desenvolvidos. O Sindifisco propõe que seja retomada a cobrança, de forma progressiva, isentando 2/3 dos contribuintes de micro e pequenas empresas.
- Fim dos Juros sobre o Capital Próprio (art. 9º Lei 9249/95). Benefício a proprietários de empresas que recebem isenção de IR sobre os capital investido na produção.
- Retorno da Cobrança de IR sobre a Remessa de Lucros ao Exterior (revogação do art. 10º da Lei nº 9.249/95)
- Cobrança de IPVA sobre embarcações aéreas e aquática – única alteração constituição. Incidência sobre embarcações de luxo traria maior justiça tributária.
- Estas medidas, se implementadas trariam um aporte de recursos ao Governo Federal estimado em cerca de R\$ 37 bilhões

Alternativas de Arrecadação Propostas pelo Sindifisco Nacional		
Tributação	Arrecadação Prevista	%
Tributação da Distribuição de Lucros e Dividendos	18.423,48	49,86%
Fim dos Juros sobre o Capital Próprio	6.295,49	17,04%
Remessa de Lucros e Dividendos ao Exterior	9.487,69	25,68%
IPVA sobre Veículos Automotores Terrestres e Aquáticos	2.743,12	7,42%
Total Geral	36.949,78	100,00%

Elaboração: Departamento de Estudos Técnicos do Sindifisco Nacional

Caso fosse cobrado Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos, assim como de Remessas de Lucros para o Exterior e o IPVA de iates e lanchas, a arrecadação subiria em aproximadamente 37 bilhões de reais por ano. Isso sem falar na cobrança de impostos sobre grandes fortunas.

Ao final, ele parabenizou o senador Hélio José pelo “brilhante trabalho desenvolvido como relator da CPI da Previdência, ao lado do senador Paulo Paim, onde mostrou que é uma falácia o propalado déficit da Previdência”. Além disso, mostrou que a greve dos Auditores da Receita Federal foi provocada pela inépcia do governo ao não regulamentar a MP 765.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Wilmar Lacerda, que em poucos dias deverá assumir o mandato de senador em função da anunciada licença do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), em primeiro lugar, enalteceu a atuação do senador Hélio José à frente da Comissão Senado do Futuro, trazendo temas fundamentais para o debate e sua defesa do funcionalismo público, a seguir contextualizou o tema em discussão a partir do golpe dado contra a presidenta Dilma. Para ele, o governo é golpista e ilegítimo e tem uma concepção de Estado contrária ao que foi decidido nas urnas, pois traz para o cenário político a postura neoliberal que perdeu sistematicamente as eleições. O governo impõe agora contra o servidor público um outro golpe.

“A MP 805 é inconstitucional”, afirmou o Sr. Wilmar Lacerda, que também foi presidente do sindicato da Embrapa. É uma medida tomada para impedir que uma lei seja cumprida (os reajustes aprovados em lei). Faz uma reforma previdenciária por meio de uma Medida Provisória. E, finalmente, reduz salário dos servidores.

O que o governo quer é desqualificar o serviço público não realizando concurso público, dando argumento para tentar privatizar e desmontar o Estado em benefício do capital.

“Esse governo agride frontalmente os direitos da classe trabalhadora brasileira. Para reagir o trabalhador deverá se mobilizar e fazer greves”.

“O atual governo tira dinheiro dos trabalhadores e dá para os empresários, como o que foi feito com os ruralistas, para garantir votos na Câmara dos Deputados para que ele não seja investigado pelo Supremo Tribunal Federal”.

Ele propõe que se reaja, em defesa da democracia e do papel do Estado. Por isso convocou os trabalhadores públicos a ocupar as ruas.

O senador Hélio José também comentou que o Senado Federal “acaba de aprovar, por unanimidade o relatório final da CPI da Previdência, de minha autoria, que demonstra, em 253 páginas, que a Previdência é superavitária; que há imensa inconsistência nos dados e informações fornecidos pelo Poder Executivo; que é falsa a tese de que o nosso modelo é insustentável. Foram seis meses de trabalho. Foram 31 audiências públicas. Ouvimos mais de 140 pessoas. Para quê? Para que o Governo Federal viesse agora, sem conversa, sem debate, sem discussão, simplesmente aumentar a alíquota previdenciária dos servidores públicos? O que torna nosso modelo desequilibrado – e a CPI da Previdência o demonstrou bem – é a sonegação, é a fraude, é a má-fé.”



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, também criticou as medidas tomadas pelo governo, o qual classificou como “corrupto e golpista”. Cumprimentou os senadores Paulo Paim e Hélio José pela condução da CPI da Previdência, provando que não há déficit.

Para ele, os servidores públicos estão sendo usados, assim como o fez os ex-presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique, com a diferença de que esses foram eleitos e a sociedade sabia a que vinham.

Ao mesmo tempo criticou o PLS 116/2017, que atenta contra a estabilidade e as garantias do servidor público.

Por fim, conclamou os trabalhadores a terem um voto consciente nas eleições de 2018, não deixando que aqueles que votaram contra os trabalhadores e pela retirada de direitos sejam reeleitos quer para a Câmara dos Deputados, quer para o Senado Federal.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Na visão do presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Petrus Elesbão, o governo não tem competência de gestão e quer colocar a culpa nos servidores. Ele disse que a sonegação fiscal chega a R\$ 450 bilhões ao ano e o governo pouco faz sobre a questão.

— Os maiores devedores são as grandes empresas e a gente vai ter de pagar essa conta de novo? Não, chega! A sociedade é quem mais sofre com o desmonte do serviço público — declarou Elesbão, que ainda sugeriu a taxação de grandes fortunas.

Para o presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp), Alex Canuto, as medidas provisórias de ajuste fiscal são apenas “cortina de fumaça”. Canuto fez questão de destacar que são os próprios servidores públicos que têm que cuidar da máquina estatal, pois os políticos atuais não estariam prontos para essa missão.

Segundo o presidente da Anesp, a MP 805/2017 é “um engodo e uma pedalada fiscal”, pois já existe jurisprudência que garante o direito dos servidores ao aumento cuja tabela já tenha sido publicada. Canuto ressaltou que a economia pretendida pelo governo com a MP é de pouco mais de R\$ 4 bilhões. No entanto, para barrar as duas denúncias da Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer, o governo gastou cerca de R\$ 32 bilhões – com liberação de emendas e perdão de dívidas. Ele ainda sugeriu o corte de benesses da classe política como forma de economia de gastos federais.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

— Não é atacando o servidor que vai resolver a questão fiscal. Essas medidas são apenas firulas. A velha política está prevalecendo — alertou.

A servidora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Liliane Moraes, que é deficiente visual e mestre em Ciências Sociais, pediu melhores condições para os servidores deficientes. Segundo Liliane, apesar dos amparos legais, o servidor deficiente ainda não é visto “como trabalhador e sim como um ônus”. Ela disse que muitas condições de acessibilidade previstas na lei ainda não foram implementadas, o que terminaria por atrapalhar o desenvolvimento profissional do servidor deficiente.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

A audiência foi realizada em caráter interativo, com a participação popular. Houve grande número de manifestação de internautas de vários estados, todos se manifestando contra as medidas do governo que atingem os servidores públicos.